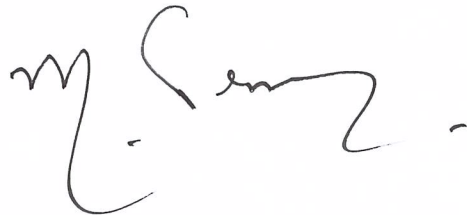


Mensagem nº 26

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “Inclui o Dia Internacional do Direito à Verdade no calendário nacional de datas comemorativas”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 13.605, de 9 de janeiro de 2018.

Brasília, 9 de janeiro de 2018.

A handwritten signature in black ink, appearing to be "Michel Temer", written in a cursive style.

Sanciono  
9/1/2018  
M. S.

Inclui o Dia Internacional do Direito à Verdade no calendário nacional de datas comemorativas.

**O Congresso Nacional decreta:**

**Art. 1º** Fica incluído no calendário nacional de datas comemorativas o Dia Internacional do Direito à Verdade, sobre graves violações aos direitos humanos e da dignidade das vítimas, a ser celebrado, anualmente, em todo o País, em 24 de março.

**Art. 2º** O dia 24 de março é dedicado à reflexão coletiva a respeito da importância do conhecimento circunstanciado das situações em que tiverem ocorrido graves violações aos direitos humanos, seja para a reafirmação da dignidade humana das vítimas, seja para a superação dos estigmas sociais criados por tais violações.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de dezembro de 2017.

  
Senador Eunício Oliveira  
Presidente do Senado Federal

LEI Nº 13.605 , DE 9 DE JANEIRO DE 2018.

Inclui o Dia Internacional do Direito à Verdade no calendário nacional de datas comemorativas.

**O P R E S I D E N T E D A R E P Ú B L I C A**  
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte

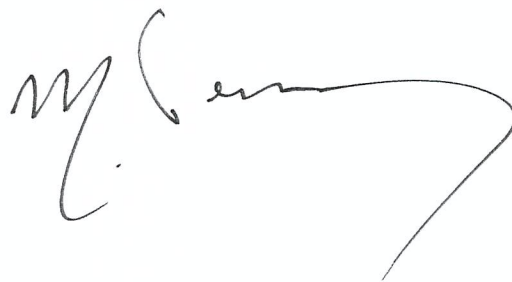
Lei:

Art. 1º Fica incluído no calendário nacional de datas comemorativas o Dia Internacional do Direito à Verdade, sobre graves violações aos direitos humanos e da dignidade das vítimas, a ser celebrado, anualmente, em todo o País, em 24 de março.

Art. 2º O dia 24 de março é dedicado à reflexão coletiva a respeito da importância do conhecimento circunstanciado das situações em que tiverem ocorrido graves violações aos direitos humanos, seja para a reafirmação da dignidade humana das vítimas, seja para a superação dos estigmas sociais criados por tais violações.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de janeiro de 2018; 197º da Independência e 130º da República.



Aviso nº 27 - C. Civil.

Em 9 de janeiro de 2018.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador JOSÉ PIMENTEL  
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Sanção presidencial.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República restitui dois autógrafos do texto aprovado do Projeto de Lei nº 55, de 2014 (nº 4.903/12 na Câmara dos Deputados), que se converteu na Lei nº 13.605, de 9 de janeiro de 2018.

Atenciosamente,



GUSTAVO DO VALE ROCHA  
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil  
da Presidência da República, Substituto

Recebido em 10 / 01 / 2018

Hora: 12:00

Cidelle

Cidelle Gomes Vitor Almeida  
Matrícula: 264432 SLSF/SGM